

EU CONHECI CADA RUA, CADA VIZINHO: ESCAVANDO MEMÓRIAS DE INFÂNCIA DO PINHEIRO, UM BAIRRO EM RUÍNAS

Charllane Synara Assis dos Santos ¹

Cleriston Izidro dos Anjos ²

Marcia Aparecida Gobbi ³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta um recorte da dissertação “Memórias da cidade: narrativas de infância de moradores do Pinheiro (Maceió, AL), um bairro em ruínas”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL). A pesquisa tem como foco compreender de que modo as memórias de infância dos antigos moradores do bairro do Pinheiro — território profundamente marcado pelo crime ambiental causado pela extração de sal-gema pela empresa Braskem — constituem formas de resistência simbólica e afetiva frente ao processo de deslocamento compulsório e à destruição do espaço vivido.

O estudo parte da compreensão de memória como fenômeno social, coletivo e cultural (HALBWACHS, 2006; ASSMANN, 2011), reconhecendo que lembrar é também um ato político e ético. Dialoga com a noção de “lugares de memória” (NORA, 1993) e com a “produção social do espaço” (LEFEBVRE, 1991), articulando dimensões históricas, urbanas e subjetivas. No campo da infância, apoia-se em autores que concebem a criança como sujeito de cultura e a cidade como território educativo (TONUCCI, 2019; GOBBI, 2015;).

Nesse contexto, a pesquisa se inscreve no esforço de compreender a relação entre memória, infância e cidade, destacando as experiências das crianças e de seus familiares como narrativas que tensionam os discursos oficiais e denunciam a desigualdade na produção do espaço urbano. Ao escavar lembranças, buscamos também revelar o que permanece sob as ruínas: afetos, nomes de ruas, vozes, cheiros e brincadeiras que tecem a paisagem sensível do bairro.

¹ Mestre em Educação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, pesquisadora do GEPPECI e técnica pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Maceió – SEMED/Maceió: charllane.santos@cedu.ufal.br

² Professor Dr. em Educação, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e coordenador do GEPPECI – UFAL. E-mail: cleriston.anjos@cedu.ufal.br.

³ Professora Dra. em Educação, docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP. E-mail: mgobbi@usp.br



METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de inspiração (auto)biográfica, com orientação cartográfica e narrativa. O trabalho de campo se desenvolveu entre 2022 e 2023, com entrevistas semiestruturadas realizadas com antigos moradores do Pinheiro — homens e mulheres que viveram suas infâncias no bairro e, posteriormente, foram deslocados por conta das rachaduras e evacuações.

As entrevistas foram transcritas integralmente e organizadas em eixos temáticos, preservando as expressões orais, pausas, repetições e silêncios. Para garantir o anonimato, utilizamos pseudônimos inspirados em nomes de ruas, bairros e prédios demolidos (como Acácia, Antares, Constança, Eulina, Peroba e Anajá). A análise foi conduzida a partir de uma leitura hermenêutica e interpretativa das narrativas, buscando compreender os sentidos atribuídos à infância e à experiência da perda do lugar.

Além das entrevistas, foram considerados registros fotográficos, documentos públicos e relatórios técnicos sobre o crime ambiental, compondo um corpus que articula memória, imagem e espaço. A metodologia fundamenta-se na escuta sensível e na cartografia afetiva (ROLNIK, 2011), compreendendo o território como corpo vivido e o ato de narrar como gesto de reexistência.

A pesquisa foi realizada em conformidade com os princípios éticos de pesquisa com seres humanos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O diálogo teórico que sustenta esta pesquisa articula diferentes perspectivas sobre memória, espaço, infância e experiência, compondo uma trama que permite compreender o bairro do Pinheiro como território simbólico e pedagógico, mesmo em sua condição de ruína.

A memória é compreendida, em diálogo com Maurice Halbwachs (2006), como construção social, sempre mediada pelos grupos de pertencimento. Lembrar, nesse sentido, não é apenas ato individual, mas gesto coletivo: recordamos a partir das referências que compartilhamos com os outros. Essa dimensão social da memória ganha densidade com as reflexões de Aleida Assmann (2011), que propõe o conceito de memória cultural para nomear as formas pelas quais as sociedades transformam lembranças em práticas, símbolos e narrativas. Para a autora, as recordações coletivas são espaços de continuidade — guardam o passado, mas também o reinventam, mesmo diante da destruição.

As ideias de Pierre Nora (1993) ajudam a compreender o modo como o Pinheiro, após o colapso físico, converte-se em um vasto “lugar de memória”. Quando a vida se



afasta e o cotidiano se rompe, o que resta é a necessidade de recordar. As ruínas, as casas interditadas, os nomes das ruas e as imagens das calçadas tornaram-se vestígios de pertencimento e resistência. No bairro devastado, o ato de lembrar é também um modo de permanecer.

A compreensão de Henri Lefebvre (1991) sobre a produção social do espaço contribui para ler o Pinheiro como território de disputas materiais e simbólicas. O espaço, segundo o autor, é obra e produto da ação humana; ele contém os ritmos, os usos e as contradições da vida coletiva. O bairro, antes cenário de convivência e brincadeiras, foi transformado em zona interditada — metáfora concreta da fragmentação urbana e afetiva que atinge a cidade contemporânea. As rachaduras, ao mesmo tempo em que anunciam destruição, tornam visível a desigualdade histórica na produção do espaço urbano.

No campo da infância, o diálogo com Francesco Tonucci (2019) e Márcia Aparecida Gobbi (2023) evidencia que pensar a cidade a partir das crianças é reconhecer nelas sujeitos de cultura, de sensibilidade e de direito. As infâncias vividas no Pinheiro revelam que os espaços do brincar — ruas, praças, calçadas e pátios — são também espaços de aprendizagem, imaginação e convivência. As brincadeiras narradas com saudade e força mostram que a cidade se aprende com o corpo: é o gesto, o olhar e o movimento que constroem o pertencimento. Para Gobbi (2023), as crianças produzem leituras poéticas e políticas da cidade, revelando modos singulares de habitá-la e significá-la. Assim, o território vivido se converte em paisagem afetiva — lugar onde a memória se faz aprendizagem e a infância se torna forma de resistir e de reexistir na cidade..

Por fim, as contribuições de Walter Benjamin (2012) iluminam a compreensão da narrativa como forma de conhecimento. O narrador, ao rememorar, restitui ao vivido uma espessura sensível que resiste à lógica do progresso e do esquecimento. As vozes dos moradores do Pinheiro ecoam essa perspectiva: nelas, o sofrimento é transfigurado em testemunho, e as lembranças fragmentadas funcionam como lampejos de um tempo que ainda pulsa. Benjamin nos lembra que a experiência não desaparece — ela se transforma em estilhaços de sentido que, quando tocados, fazem reluzir o brilho daquilo que sobreviveu.

Assim, o referencial teórico sustenta a leitura do Pinheiro como um território de memória e de formação, onde o ato de narrar a infância se torna gesto político e pedagógico. Lembrar é resistir; e resistir, neste caso, é continuar a educar a cidade pela memória.



Esses autores compõem o tecido teórico que sustenta o trabalho, permitindo compreender a memória como território e o território como pedagogia.

Da análise emergiram três grandes movimentos de memória que atravessam as narrativas dos moradores e revelam modos distintos de habitar e rememorar o bairro do Pinheiro.

O primeiro movimento refere-se à infância como enraizamento. As lembranças das brincadeiras — pique-esconde, corda, bola, festas juninas — aparecem como linguagem comum das infâncias vividas no bairro. “Brincávamos até meia-noite: corda, pique-esconde, elefante colorido” (Peroba). Essas cenas revelam o espaço público como extensão da casa, um território de encontros, aprendizagens e descobertas. As crianças brincavam nas ruas, nas calçadas, nas praças e nos pilotis, num tempo em que a cidade ainda cabia no corpo e na imaginação. Para Francesco Tonucci (2019), pensar a cidade a partir das crianças é repensar o modo como os espaços urbanos são produzidos e compartilhados. Essa ideia dialoga com a compreensão de Márcia Gobbi (2015) de que as infâncias se afirmam nos gestos cotidianos, nas experiências sensíveis e nas marcas que os espaços deixam nos corpos. O brincar, assim, aparece como ato de pertencimento e inscrição simbólica no território — uma forma de aprender o mundo a partir do chão onde se vive.

O segundo movimento diz respeito à vizinhança e aos lugares de sociabilidade. As narrativas evocam o bairro como uma grande comunidade viva, tecida por relações de afeto e solidariedade. A Igreja Menino Jesus de Praga, o CEPA, as praças e os pequenos comércios — padarias, farmácias, mercearias — eram espaços de encontro e convivência que uniam gerações. “No Pinheiro éramos uma grande família; hoje tenho apenas vizinhos” (Eulina). Essa fala sintetiza a transformação de um território de convivência em espaço de distanciamento. Para Henri Lefebvre (1991), o espaço é uma produção social atravessada por usos, ritmos e significados. As relações de vizinhança formavam uma rede de apoio e cuidado que sustentava a vida comum. Lenira Haddad (2006) nos ajuda a compreender que os espaços da infância, quando vividos de forma coletiva, são também espaços educativos, capazes de formar vínculos e identidades. A vizinhança, portanto, era o verdadeiro tecido pedagógico do bairro — uma escola informal onde se aprendia a partilhar e a existir em relação.

O terceiro movimento relaciona-se à ruína, à perda e à reterritorialização. As lembranças trazem a dor do colapso do bairro e o impacto simbólico do deslocamento. “Foi muito difícil ver o apartamento... as janelas arrancadas, os livros no chão” (Acácia). Essa imagem revela a materialidade do luto: não apenas pela casa, mas pelo tempo, pelas



rotinas e pelas relações que ela abrigava. “É como se todo o plano de fundo da minha vida tivesse sido aquele bairro” (Constança). As vozes das antigas moradoras expressam o que Walter Benjamin (2012) define como lampejos de experiência — fragmentos do vivido que resistem ao esquecimento e iluminam o presente. A ruína, nesse sentido, não é apenas sinal de destruição, mas também campo de resistência e de reescrita. O bairro interditado sobrevive nas narrativas como lugar de memória, conforme descreve Pierre Nora (1993): espaços materiais ou simbólicos onde a lembrança se ancora para não desaparecer.

Essas falas demonstram que a perda do território não apaga a memória — ao contrário, a intensifica. As lembranças de cheiros, caminhos, sons e vizinhos funcionam como contranarrativas à desumanização da cidade, reafirmando que o espaço urbano é também espaço de afetos e pertencimentos. Mesmo diante da devastação, os moradores reconstróem o bairro em suas palavras, reterritorializando-o pela memória. O Pinheiro, ainda que em ruínas, continua a ensinar — e é nessa persistência que se reconhece sua dimensão pedagógica e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As memórias de infância dos moradores do Pinheiro revelam-se como gestos de elaboração simbólica diante da perda. Mais do que narrativas sobre um passado interrompido, elas configuram modos de reescrever o vivido, restituindo-lhe espessura sensível. As ruínas, impregnadas de lembranças e silêncios, convertem-se em arquivo da experiência — nelas permanecem vestígios do cotidiano, do afeto e da vida comum. Em cada relato, o bairro ressurgue fragmentado, mas vivo: nas imagens da rua iluminada pelas brincadeiras, no som das vozes vizinhas, no cheiro do pão recém-saído da padaria.

Como sugere Walter Benjamin (2012), recordar não é recompor o tempo perdido, mas fazer cintilar, entre os escombros, lampejos de sentido capazes de religar o passado ao presente. As falas de Acácia, Eulina, Constança, Peroba, Antares e Anajá, ao evocarem a infância no Pinheiro, compõem uma constelação de memórias em movimento — uma pedagogia da lembrança que interroga a cidade e a própria ideia de permanência. Ao recontarem suas histórias, essas vozes transformam a dor em linguagem e o vestígio em potência de futuro: o que se desfez em concreto reaparece na forma de palavra, imagem e afeto, revelando que a cidade, mesmo em ruínas, ainda educa quem a recorda.

No campo da Educação Infantil, essas narrativas apontam para três desdobramentos:

- (i) Fortalecer a relação escola–cidade, ampliando experiências formativas que valorizem os percursos das crianças e suas memórias locais;



- (ii) Institucionalizar práticas de documentação pedagógica que contemplem histórias e imagens das comunidades, reconhecendo o território como currículo;
- (iii) Promover políticas públicas de justiça territorial, garantindo que as crianças tenham o direito de viver, brincar e aprender em uma cidade que lhes pertença.

Assim, as memórias do Pinheiro nos ensinam que educar é também lembrar. A lembrança não é nostalgia: é movimento ético que restitui a dignidade dos lugares e das pessoas.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. *Rua de mão única*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas, v. 2).

_____. *Infância em Berlim por volta de 1900*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

GOBBI, M. A.; ANJOS, C. I. Perspectivas para pensar as cidades: infâncias, educação, democracia e justiça. *Práxis Educacional*, [S. l.], v. 16, n. 40, p. 13-24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i40.6986>. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6986>

GOBBI, Márcia Aparecida; LEITE, Maria Cristina Stielllo; ANJOS, Cleriston Izidro dos (Orgs.). *Crianças, educação e o direito à cidade: pesquisas e práticas*. São Paulo: Cortez, 2023. HADDAD, Lenira. *A creche em busca de identidade*. São Paulo: Cortez, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Tradução livre. 1991.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, 1993.

TONUCCI, Francesco. *A cidade das crianças*. 2. ed. São Paulo: Fatoría K, 2019.

